

Exame Final Nacional de História A

Prova 623 | 2.ª Fase | Ensino Secundário | 2021

12.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho

Duração da Prova: 120 minutos. | Tolerância: 30 minutos.

14 Páginas

VERSÃO 1

A prova inclui 10 itens, devidamente identificados no enunciado, cujas respostas contribuem obrigatoriamente para a classificação final. Dos restantes 5 itens da prova, apenas contribuem para a classificação final os 3 itens cujas respostas obtenham melhor pontuação.

Indique de forma legível a versão da prova.

Para cada resposta, identifique o grupo e o item.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Risque aquilo que pretende que não seja classificado.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Escreva, na folha de respostas, o grupo, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

Nas respostas aos itens que envolvem a produção de um texto, deve ter em conta os conteúdos e a sua organização, a utilização da terminologia específica da disciplina e a integração da informação contida nos documentos.

GRUPO I

O REI E A GOVERNAÇÃO DO REINO NO PORTUGAL MEDIEVAL

Carta de foral dos mouros forros* da vila de Moura, concedida por D. Dinis (1296)

D. Dinis pela graça de Deus rei de Portugal e do Algarve. A quantos esta carta virem faço saber que eu dou e outorgo aos meus mouros forros da minha vila de Moura, assim aos presentes como aos que hão de vir, tal foro qual hão os meus mouros forros da cidade de Lisboa.

Convém a saber: que ninguém lhes faça mal sem razão. E que nenhum meu cristão nem
5 judeu tenha poderio sobre eles. Mas aquele de sua gente e de sua fé que eles elegerem entre si por seu alcaide, esse os julgue; e aquele que eles elegerem devo-lho eu outorgar**.

E [...] que eles deem a mim em cada ano, por cabeça, uma libra, desde o tempo em que
houver cada mouro quinze anos em diante [...]. E que me deem [...] a dízima do pão e das
outras cousas que semearem [...], e a dízima do azeite e de todos os frutos que lavrarem e
10 houverem de suas vinhas. [...]

E nas outras cousas deem a mim assim como me dão os meus mouros de Lisboa e eles hajam o dito foro e o uso e o costume, assim como os ditos meus mouros forros de Lisboa têm.

Em testemunho disto dei assim a esses mouros esta carta. Dada em Lisboa aos 17 dias de fevereiro. El-rei o mandou pelo chanceler. Martim Esteves a fez.

Chancelaria de D. Dinis. Livro II, ed. Rosa Marreiros, Coimbra, Palimage, 2012, pp. 481-482. (Texto adaptado)

* livres.

** aprovar, confirmar.

* 1. A invocação, por D. Dinis, dos «meus mouros forros da minha vila de Moura» (linha 2) demonstra a natureza do poder característica da monarquia feudal, ao acentuar

- (A) a sujeição dos concelhos à arbitrariedade régia.
- (B) a aceitação da autonomia dos órgãos de administração local.
- (C) a conceção do reino português como património pessoal do rei.
- (D) a aplicação de leis gerais ao conjunto do território.

* 2. As normas estabelecidas nesta carta de foral refletem uma das especificidades da sociedade medieval portuguesa (linhas 4-5), nomeadamente

- (A) a redução das comunidades muçulmanas à servidão.
- (B) a repartição do espaço urbano por diferentes grupos étnico-religiosos.
- (C) o domínio que cristãos e judeus podiam exercer sobre as mourarias.
- (D) o poder económico com que os judeus se distinguiam.

* 3. Este documento consagra a autonomia jurídica e administrativa da comunidade muçulmana da vila de Moura,

- (A) ao atribuir poderes ilimitados aos «de sua gente e de sua fé».
- (B) ao atribuir o privilégio de elegerem o alcaide que «os julgue».
- (C) ao instituir o tributo da «dízima» sobre as suas atividades económicas.
- (D) ao instituir a obrigatoriedade de o rei «outorgar» o alcaide por eles eleito.

GRUPO II

A EUROPA NO ANTIGO REGIME: PODER, SOCIEDADE, ECONOMIA

Documento 1

Conselhos do rei Luís XIV de França ao seu sucessor no trono (1668)

Meu filho, não apenas faltamos ao reconhecimento e à justiça, mas também à prudência e ao bom senso, quando carecemos de veneração por Aquele, de quem não somos mais do que lugar-tenentes. A nossa submissão é a regra e o exemplo da submissão que nos é devida. [...] A obediência e respeito que recebemos dos nossos súbditos [...] são [...] uma troca com a justiça e a proteção que pretendem receber de nós. [...]

O rei representa a nação inteira [...]. Por consequência, todo o poder, toda a autoridade reside nas mãos do rei, e apenas deve haver no reino a autoridade que ele estabelece. Sede o dono; escutai, consultai os vossos conselheiros, mas decidi. Deus, que vos fez rei, vos dará as luzes necessárias, desde que mostreis boas intenções. [...]

Devemos considerar o bem dos nossos súbditos melhor do que o nosso próprio bem. É como se formassem parte de nós próprios, dado que somos a cabeça de um corpo, do qual eles são os membros. Apenas para seu próprio bem devemos dar-lhes leis e [...] trabalhar eficazmente para a sua felicidade. [...]

Nunca deixei de vos fazer observar [...] quanto respeito devemos mostrar pela religião e quanta deferência pelos seus ministros [...]. Mas, porque os eclesiásticos são dados a envaidecer-se mais do que o devido [...], sou obrigado a explicar-vos [...] que os reis são senhores absolutos e têm naturalmente a plena e livre disposição de todos os bens, tanto dos seculares como dos eclesiásticos [...]. [...]

Cada profissão contribui a seu modo para a manutenção da monarquia. O lavrador provém com o seu trabalho ao alimento de todo este grande corpo; o artesão satisfaz com a sua indústria as necessidades [...] de todos; e o comerciante traz de mil sítios diferentes quanto o mundo inteiro produz [...]. [...] Os juízes, aplicando as leis, conservam a segurança entre os homens; e os eclesiásticos, instruindo o povo na religião e pedindo a bênção do céu, conservam a tranquilidade na terra. Por isso, longe de desprezar qualquer destas condições ou de favorecer uma delas a expensas das outras, devemos ser o pai comum de todas [...].

Luís XIV, *A arte de governar*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976, pp. 31-33, 41-45 e 71-76. (Texto adaptado)

Tipologia das revoltas populares ocorridas em França entre 1661 e 1789

Motivos	N.º de revoltas	%
Rejeição de iniciativas reformistas do Estado	53	0,6
Contra as imposições fiscais do Estado	3336	39,1
Contra o aparelho judicial, militar ou policial do Estado	1212	14,1
Contra as autoridades senhoriais	439	5,1
Contra a nobreza e os privilégios nobiliárquicos	12	0,1
Contra o clero	103	1,2
Contestação dos notáveis	160	1,9
Contestação das autoridades municipais	148	1,7
Escassez de bens alimentares	1497	17,6
Religião, crenças religiosas	264	3,1
Conflitos laborais	441	5,2
Afirmação de particularismos regionais	94	1,1
Diversos	769	9,2
Total	8528	100

Joël Cornette, *La monarchie absolue. De la Renaissance aux Lumières*, Paris, La Documentation Française, 2007, p. 63.

1. Explícite dois princípios doutrinários que legitimavam o poder régio nas monarquias do Antigo Regime.

Fundamente os dois princípios com excertos relevantes do documento 1.

2. A harmonia hierárquica inerente ao modelo da sociedade de ordens não correspondia, na prática, à vivência do Terceiro Estado na França do Antigo Regime.

Apresente dois argumentos que sustentem esta afirmação, fundamentando a sua resposta com informação relevante do documento 2.

* 3. A importância, no século XVII, do comerciante, que «traz de mil sítios diferentes quanto o mundo inteiro produz» (documento 1, linhas 21-22), reflete uma economia assente

(A) no sistema do capitalismo comercial.

(B) no comércio atlântico de escravos.

(C) no domínio dos circuitos comerciais mediterrânicos.

(D) no controlo francês das rotas do comércio triangular.

GRUPO III

DO COLAPSO DA PRIMEIRA REPÚBLICA À INSTAURAÇÃO DO ESTADO NOVO EM PORTUGAL

Documento 1

Discurso de António de Oliveira Salazar na Sala do Conselho de Estado, 30 de julho de 1930

A Ditadura [...] é um fenómeno da mesma ordem dos que por esse mundo fora [...] se observam, tentando colocar o Poder em situação de prestígio e de força contra as arremetidas da desordem, e em condições de trabalhar e de agir pela Nação, sobranceiramente às divisões e ódios dos homens e aos interesses particulares dos grupos. [...]

5 Todos sabem de onde vimos – de uma das maiores desorganizações que em Portugal se devem ter verificado na economia, nas finanças, na política [...]. Divisões intestinas, [...] desordem constitucional permanente, sucessivas revoluções que [...] fizeram perder a fé no Estado [...]. Debruçado tristemente [...] sobre as ruínas, as misérias, a desorganização [...], o País caiu na «apagada e vil tristeza» do poeta e parecia ter desistido de viver um grande
10 pensamento de renovação interior [...].

Atravessa-se, na ordem interna e na ordem internacional, uma época de [...] fraqueza do Estado [...]. Há que contrapor [...] o Estado forte, mas limitado pela moral, pelos princípios do Direito das gentes, pelas garantias e liberdades individuais [...]. [...]

15 Não há Estado forte onde o Poder Executivo o não é, e o enfraquecimento deste é a característica geral dos regimes políticos dominados pelo liberalismo individualista ou socialista, pelo espírito partidário e pelos excessos e desordens do parlamentarismo. [...]

Nós temos visto que a adulação* das massas pela criação do «povo soberano» não deu ao povo [...] aquilo de que o povo mais precisa – soberano ou não – que é ser bem governado. [...] Na crise de autoridade que o Estado atravessa, dar-lhe autoridade e força para que mantenha
20 imperturbável a ordem [...]; definir os direitos e garantias dos indivíduos e das coletividades, e estabelecê-los e defendê-los de tal modo que o Estado os não possa desconhecer [...] – isto é liberdade.

Arrancar o poder às clientelas partidárias; sobrepor a todos os interesses o interesse de todos – o interesse nacional; [...] organizar a Nação, [...] e integrar este todo no Estado, que
25 será assim a sua expressão viva – isto é dar realidade à soberania nacional.

Salazar. Antologia. Discursos, notas, relatórios, teses, artigos e entrevistas: 1909-1955, Lisboa, Editorial Vanguarda, 1955, pp. 214-219. (Texto adaptado)

* enaltecimento excessivo.

**A institucionalização do Estado Novo,
segundo um manifesto político de Bernardino Machado* (1933)**

O abatimento das instituições é deveras inquietante. A imprensa e a tribuna garrotadas** [...] pela censura e autorização prévia [...]. Os partidos [...] acham-se imobilizados para os grandes debates que devem iluminar e orientar a consciência nacional. [...] A justiça vilipendiada, ferida na sua dignidade independente [...]. A polícia pratica as violências, as congregações***

5 propagam o terror [...]. [...]

E como há de o povo dar-lhes [a governos tirânicos] o apoio da opinião, se são eles que a abafam [...], como há de rodeá-los e segui-los com fé ardente [...], se não vê diante de si senão os déspotas de hoje, que serão os déspotas de amanhã? [...]

10 Quem tem ela [a ditadura] consigo? [...] Fala e escreve por ela toda Salazar [...]. Não se atreve a ir à urna dos comícios. [...] Não tem organização eletiva: não há maior medo do que o seu ao livre sufrágio. [...] A ditadura tem abatido, desmantelado, as nossas livres instituições, mas nada com seiva criadora lhes substitui. Tanto apregoa a sua obra de reorganização, e não faz senão derrocar, dissolver, incapaz da mínima ação construtiva. [...]

15 A ditadura, por mais que fale em ordem, em nacionalismo, nasce e vive da desagregação nacional. [...] Nada há que garanta o direito. Abolição absoluta da lei. [...] Para Salazar não existem normas jurídicas. [...] A sua única lei é que não há nenhuma neste mundo terreno. [...] Até apregoa, no mais inconsciente desvario, [...] que vai dar à nação uma mentalidade nova! Imaginem!

Bernardino Machado, *Manifestos políticos (1927-1940)*, ed. A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Palas Editores, 1978, pp. 461-487. (Texto adaptado)

* Presidente da República em dois mandatos, destituído em ambos por golpes de Estado (1917 e 1926).

** amordaçadas.

*** ordens religiosas.

1. Evidencie duas críticas à Primeira República presentes no discurso de António de Oliveira Salazar.

Fundamente as duas críticas com excertos relevantes do documento 1.

2. Compare as duas perspetivas sobre o regime ditatorial iniciado em 28 de Maio de 1926, expressas nos documentos 1 e 2, quanto a dois aspetos em que se opõem.

Fundamente a sua resposta com excertos relevantes dos dois documentos.

* 3. As afirmações seguintes, sobre o salazarismo nos anos 30, são todas **verdadeiras**.

- I. Artistas e escritores contribuíram para a difusão do ideário salazarista.
- II. Um dos desígnios do regime consistia em elevar a mente dos portugueses.
- III. O Secretariado da Propaganda Nacional promoveu a arte modernista.
- IV. A difusão da informação e a opinião eram controladas pelo regime.
- V. As exposições então organizadas tinham uma dimensão propagandística.

Identifique as duas afirmações que podem ser comprovadas através da análise do documento 2.

* 4. O Estado Novo assentou num conjunto de princípios doutrinários que tanto o inscrevem na vaga europeia de regimes autoritários como salientam a sua especificidade.

Associe esses princípios, apresentados na coluna **A**, às frases que os identificam, elencadas na coluna **B**. Todas as frases devem ser utilizadas. Cada frase deve ser associada apenas a um dos princípios.

Escreva, na folha de respostas, apenas cada letra e os números que lhe correspondem.

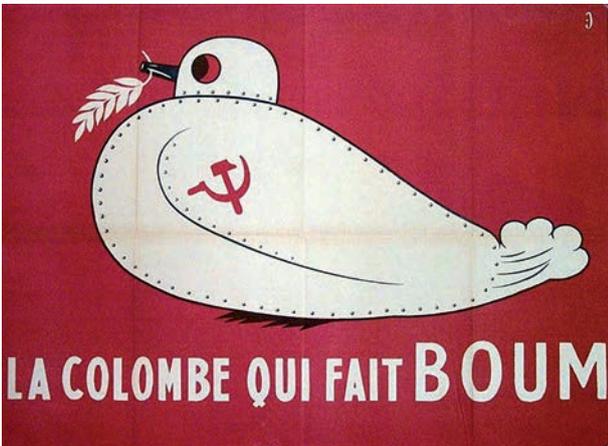
COLUNA A	COLUNA B
(a) Ruralismo (b) Nacionalismo (c) Corporativismo	(1) Repúdio dos fenómenos contemporâneos de anomia social, próprios do meio urbano. (2) Valorização das manifestações culturais evocativas de um passado heroico. (3) Enquadramento coercivo do mundo do trabalho em grémios e sindicatos nacionais. (4) Reforço da conceção protecionista e da ideia de autarcia económica. (5) Apologia dos papéis familiares tradicionais e dos valores morais conservadores. (6) Defesa de uma visão integracionista e civilizadora dos povos colonizados e dos territórios coloniais. (7) Defesa da harmonia nas relações laborais, em detrimento da luta de classes.

Página em branco

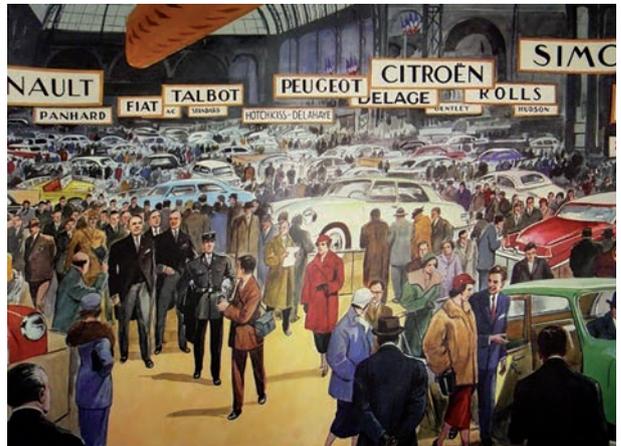
GRUPO IV

OPÇÕES POLÍTICAS E ECONÓMICAS NUM MUNDO BIPOLAR, DO SEGUNDO PÓS-GUERRA AOS ANOS 70

Documento 1 (conjunto documental)



A – Cartaz francês de propaganda, alusivo ao programa nuclear estalinista: «A pomba que faz Bum».



B – Salão automóvel de Paris, realizado no Grand Palais, no auge dos *Trinta Gloriosos*.



C – Civis de Berlim em fuga face à aproximação do Exército Vermelho.



D – Uma das consequências da crise do petróleo.

Identificação das fontes

Documento 1 (conjunto documental)

A – www.emuseum.ch/en/objects/197526/la-colombe-qui-fait-boum (consultado em 21/10/2020).

B – www.lejsl.com/loisirs/2012/04/22/les-trente-glorieuses (consultado em 03/10/2020).

C – www.bbc.com/news/world-europe-52572544 (consultado em 03/10/2020).

D – https://crudeoilpeak.info/wp-content/uploads/2011/06/VW_bus_2hp.jpg (consultado em 3/10/2020).

**Programa de Godesberg do Partido Social-Democrata (SPD)
da República Federal da Alemanha (1959)**

Num Estado democrático, todo o tipo de poder deve submeter-se ao escrutínio público. [...] Democracia, segurança social e liberdade individual encontram-se ameaçadas por um sistema [...] cujos traços distintivos são a luta pelo lucro e pelo poder. Assim, o socialismo democrático aspira a uma nova ordem económica e social. [...]

5 A defesa nacional deve ser adaptada à posição política e geográfica da Alemanha e, portanto, restringir-se aos limites impostos pela necessidade de criar condições [...] para reunificar a Alemanha. [...]

O Estado moderno exerce uma influência constante sobre a economia através das suas políticas no domínio tributário, das finanças, da moeda e do crédito, da alfândega, do comércio,
10 dos serviços sociais, dos preços [...]. [...]

Livre consumo de bens e serviços, [...] liberdade para os empregadores exercerem a sua iniciativa, assim como a livre concorrência, são condições essenciais de uma política económica social-democrata. [...] O controlo totalitário da economia destrói a liberdade. Portanto,
15 o Partido Social-Democrata é favorável a um mercado livre, no qual a livre concorrência exista realmente. [...]

A economia de mercado não garante, por si só, a distribuição equitativa de rendimentos e riqueza. Isso só pode ser conseguido através de medidas de política económica. [...] Todo o cidadão tem direito a uma pensão mínima do Estado em caso de velhice ou de incapacidade [...]. [...] A política de saúde deve ser aperfeiçoada, e as condições e os modos de vida devem
20 ser moldados de maneira a tornar possível uma vida saudável. [...] A habitação social deve ser incentivada [...]. A educação deve dar oportunidade a que todos desenvolvam livremente as suas potencialidades e capacidades. [...]

Em vários países da Europa, os fundamentos de uma nova sociedade foram lançados sob governos social-democratas. A segurança social e a democratização da economia estão a ser
25 concretizadas numa extensão crescente. [...]

Os comunistas suprimem por completo as liberdades e violam os direitos humanos e a autodeterminação de indivíduos e povos. [...] Estão a fortalecer o poder militar e económico, cujo preço acaba por recair sobre os seus povos, e que representa uma ameaça crescente à liberdade.

http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=3049
(consultado em 04/10/2020). (Texto traduzido e adaptado)

Indicadores económico-financeiros de vários países ocidentais

	Índice de produção industrial (1958 = 100)		Fabrico de automóveis e camiões (em milhares)		Comércio externo (em milhões de dólares)		Despesas sociais (em % do PIB)		
	1948	1960	1948	1960	1948	1960	1930	1960	1970
França	54	113	198,4	1349,1	5453	13 138	1,05	13,42	16,68
Alemanha Ocidental	27	119	59,6	2054,6	2270	21 519	4,82*	18,10	19,53
Itália	44	128	59,4	644,8	2616	8369	0,08	13,10	16,94
Reino Unido	74	112	508,1	1810,7	14 367	22 272	2,24	10,21	13,20

* Valor correspondente à totalidade da Alemanha.

Tabela construída com base em: Jerome Blum, Rondo Cameron e Thomas G. Barnes, *The european world: a history*, Boston, Little, Brown and Company, 1966, p. 976; Peter H. Lindert, *Growing public. Social spending and economic growth since the eighteenth century*, Cambridge, Cambridge University Press, 2004, Vol. 1, pp. 12-13.

- * 1. Ordene cronologicamente as imagens **A**, **B**, **C** e **D** (documento 1), referentes a transformações políticas e económicas desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Escreva, na folha de respostas, a sequência correta das letras.

- * 2. Desenvolva o tema **A afirmação do modelo do Estado-Providência no quadro económico e político dos Trinta Gloriosos**, articulando os tópicos de orientação seguintes:

- evolução económica da Europa Ocidental desde o segundo pós-guerra;
- programa político-ideológico dos governos europeus de democracia liberal.

Na sua resposta,

- apresente três elementos para cada tópico de orientação, evidenciando a relação entre os elementos dos dois tópicos;
- integre, pelo menos, uma informação relevante de cada um dos documentos seguintes: imagem **B** do documento 1 e documentos 2 e 3.

3. Explícite duas características do modelo soviético no período da Guerra Fria.

Fundamente uma das características com informação relevante da imagem **A** do documento 1 e a outra característica com excertos relevantes do documento 2.

* 4. A estratégia de defesa para a República Federal da Alemanha, incluída no Programa do SPD (documento 2, linhas 5-7), reflete o problema

- (A) da divisão política do território germânico.
- (B) da inércia dos organismos internacionais.
- (C) da partição de Berlim em quatro sectores de ocupação.
- (D) da ameaça resultante da proliferação do poder nuclear.

* 5. Complete o texto seguinte, seleccionando a opção adequada para cada espaço.

Na folha de respostas, registre apenas as letras e o número que corresponde à opção seleccionada em cada um dos casos.

A emergência da Guerra Fria coincidiu com a escalada de movimentos a) , marcados, no continente asiático, pela singularidade da estratégia indiana da b) . Sujeitos à dependência económica das antigas metrópoles e, portanto, a formas de c) , vários dos novos países então surgidos vão optar, no contexto de uma ordem mundial bipolarizada, por uma política de d) .

a)	b)	c)	d)
1. unionistas	1. não violência	1. imperialismo	1. não alinhamento
2. independentistas	2. sublevação armada	2. neoliberalismo	2. confronto militar
3. federalistas	3. guerra de guerrilha	3. neocolonialismo	3. sujeição ideológica

FIM

COTAÇÕES

As pontuações obtidas nas respostas a estes 10 itens da prova contribuem obrigatoriamente para a classificação final.	Grupo										Subtotal
	I 1.	I 2.	I 3.	II 3.	III 3.	III 4.	IV 1.	IV 2.	IV 4.	IV 5.	
Cotação (em pontos)	14	14	14	14	14	14	14	20	14	14	146
Destes 5 itens, contribuem para a classificação final da prova os 3 itens cujas respostas obtenham melhor pontuação.	Grupo II										Subtotal
	1.	2.									
	Grupo III										
	1.	2.									
Cotação (em pontos)	Grupo IV										Subtotal
	3.										
Cotação (em pontos)	3 x 18 pontos										54
TOTAL											200

Prova 623
2.ª Fase
VERSÃO 1